

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.729 - SP (2019/0211556-9)

AGRAVANTE : ARAES AGRO PASTORIL LTDA
AGRAVANTE : BRAMIND BRASIL MINERACAO INDUSTRIA E
COMERCIO LTDA
AGRAVANTE : POLIFÁBRICA FORMULÁRIOS E UNIFORMES LTDA
AGRAVANTE : LOCAVEL LOCADORA DE VEICULOS BRASILIA LTDA
AGRAVANTE : BRATUR BRASILIA TURISMO LTDA
ADVOGADOS : MARA LIDIA SALGADO DE FREITAS - SP112754
DANIELA FERREIRA DOS SANTOS - SP232503
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S A - MASSA FALIDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Araes Agro Pastoril Ltda e outras contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, as ora recorrentes opuseram embargos à execução, tendo em conta o ajuizamento da execução fiscal pela Fazenda Nacional em face da executada Viação Aérea São Paulo S.A - VASP (Massa Falida). A esse feito executivo foi atribuído o valor da causa de R\$ 6.800.526,39, em fevereiro de 2008 (fl. 124), a título de contribuição ao PIS, débito constituído mediante auto de infração.

Nos autos da execução fiscal, a exequente pugnou pelo reconhecimento da configuração do grupo econômico de fato entre as ora recorrentes e a executada Viação Aérea São Paulo S.A - VASP (Massa Falida), o que foi acolhido pelo Juízo de primeira instância, em razão da ocorrência de fraude.

Naqueles embargos à execução, as ora recorrentes, então, arguíram a ilegitimidade passiva e requereram a produção de provas além da documental, o que foi indeferido pelo Juízo de primeira instância, que considerou a suficiência da produção de prova documental.

Interposto agravo de instrumento, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento ao recurso, sob o fundamento de que a questão da ilegitimidade passiva, como posta na inicial dos embargos à execução fiscal, prescinde da análise do processo administrativo ou do processo falimentar ou, ainda, do depoimento pessoal do Administrador Judicial da Falência.

O acórdão recebeu a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EMBARGOS À EXECUÇÃO
FISCAL - PRODUÇÃO DE PROVA - DESTINATÁRIO DA PROVA -
ART. 131, CPC/73 - PROVAS DOCUMENTAIS SUFICIENTES -

Superior Tribunal de Justiça

CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - RECURSO IMPROVIDO.

1. O presente agravo de instrumento foi interposto sob a égide do Código de Processo Civil/73.

2. O destinatário da prova é o juízo da causa que, se não convencido pelos argumentos apresentados pelas partes ou por outros elementos constantes nos autos, tem inteira liberdade para determinar as provas que entender necessárias ao deslinde da questão posta à sua apreciação. Especialmente quando as partes não foram capazes de, no exercício da produção de provas, conduzir o magistrado a um convencimento sobre o qual não pairam dúvidas, tem este o poder, portanto, de determinar provas que julgue suficientes para sair de seu estado de perplexidade.

3. O sistema de convencimento aplicado no Código de Processo Civil é o da persuasão racional ou livre convicção motivada, segundo o qual o juiz aprecia livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas sempre fundamentando as razões de seu convencimento. É a disposição do art. 131, do Código de Processo Civil/73 (art. 371, CPC/15).

4. Dispõe o art. 130, CPC/73: "Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias".

5. O mencionado dispositivo legal encontra correspondência no art. 370, parágrafo único, CPC/15.

6. No caso, o Juízo *a quo* indeferiu o pedido de produção de prova ao entender que a questão demanda apenas a análise documental. Logo, o Juízo de origem entendeu que a análise dos documentos acostados basta para a prolação da sentença.

7. A questão da ilegitimidade passiva, como posta na inicial dos embargos à execução fiscal, prescinde da análise do processo administrativo ou do processo falimentar ou, ainda, do depoimento pessoal do Administrador Judicial da Falência.

8. Quanto à alegação de cerceamento de defesa, em situação análoga o E. Supremo Tribunal Federal já decidiu no seguinte sentido: "A decisão que considera desnecessária a realização de determinada diligência probatória, desde que apoiada em outras provas e fundada em elementos de convicção resultantes do processo, não ofende a cláusula constitucional que assegura a plenitude de defesa". (STF, AgR no AI 153467/MG, Primeira Turma, Relator Min. Celso de Mello, DJ 18.05.2001, p. 66).

9. No caso, não configurado cerceamento de defesa, porquanto os autos de origem, conforme consignado pelo Juízo *a quo*, encontra-se equipado com documentos probantes suficientes para a formação de seu convencimento, restando desnecessária, portanto, a produção de outras provas.

10. Agravo de instrumento improvido.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, a Araes Agro Pastoril Ltda e outras interpôs recurso especial.

Indicou a violação do art. 1.022 do CPC/2015, sustentando, em resumo, que, não obstante a interposição dos declaratórios, o Tribunal de origem não apreciou as questões objeto do recurso.

Apontou a ofensa ao art. 373 do CPC/2015, aduzindo, em síntese,

Superior Tribunal de Justiça

que o Tribunal de origem deveria ter reconhecido a ocorrência do cerceamento de defesa, considerando a necessidade de produção das provas requeridas com vias a demonstrar a ilegitimidade passiva para figurar no polo passivo do executivo fiscal.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base no Enunciado Sumular n. 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo as recorrentes apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que as agravantes, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, lograram impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O recurso especial não comporta seguimento.

Em relação à alegada violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, verifica-se que as recorrentes limitaram-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula.

Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao apontado dispositivo atrai o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

Sobre o assunto, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA N. 284/STF.

I - Não se conhece do recurso especial com alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. Necessidade de reexame de fatos e provas para modificar o entendimento do Tribunal de origem quanto à regularidade da dissolução da sociedade empresária.

Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 962.465/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

CSLL. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A genérica alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro, atrai o óbice da Súmula 284 do STF.

2. É vedada a análise das questões que não foram objeto de efetivo debate pela Corte de origem, estando ausente o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Quanto à elevação da alíquota da CSLL, o aresto recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, que considera que a Instrução Normativa n. 81/99 não desbordou dos limites da MP 1.807/99.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 446.627/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 17/4/2017.)

Sobre a apontada ofensa ao art. 373 do CPC/2015, o recurso não comporta seguimento.

Verifica-se que a irresignação das recorrentes acerca da ocorrência do cerceamento de defesa vai de encontro às convicções do julgador *a quo*.

No caso, a prova que as recorrentes pretendem produzir refere-se à intimação do administrador judicial da massa falida da VASP, para que informe se teria havido o parcelamento do débito, informação sobre a qual não teriam acesso direto.

Com efeito, a pertinência acerca das referidas provas ao deslinde do presente feito foram apreciadas pelo Juízo *a quo*.

Sobre o ponto o Tribunal de origem, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu pela não ocorrência do cerceamento de defesa e que questão da ilegitimidade passiva prescinde da análise do processo administrativo ou do processo falimentar ou, ainda, do depoimento pessoal do Administrador Judicial da Falência.

Confira-se trecho do acórdão recorrido:

Assim, no caso, o Juízo *a quo* indeferiu o pedido de produção de prova ao entender que a questão demanda apenas a análise documental.

Logo, o Juízo de origem entendeu que a análise dos documentos acostados basta para a prolação da sentença.

Anote-se que questão da ilegitimidade passiva, como posta na inicial dos embargos à execução fiscal, prescinde da análise do processo administrativo ou do processo falimentar ou, ainda, do depoimento pessoal do Administrador Judicial da Falência.

Quanto à alegação de cerceamento de defesa, em situação análoga o E. Supremo Tribunal Federal já decidiu no seguinte sentido: "A decisão que considera desnecessária a realização de determinada diligência probatória, desde que apoiada em outras provas e fundada em elementos de convicção

Superior Tribunal de Justiça

resultantes do processo, não ofende a cláusula constitucional que assegura a plenitude de defesa".(STF, AgR no AI 153467/MG, Primeira Turma, Relator Min. Celso de Mello, DJ 18.05.2001, p. 66).

No caso, não configurado cerceamento de defesa, porquanto os autos de origem, conforme consignado pelo Juízo *a quo*, encontra-se equipado com documentos probantes suficientes para a formação de seu convencimento, restando desnecessária, portanto, a produção de outras provas.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento. (fl. 825)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA QUE JULGAR DESNECESSÁRIA PARA REGULAR O TRÂMITE DO PROCESSO. LIVRE CONVENCIMENTO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. (.)

II - Na forma da jurisprudência: "(...) é facultado ao julgador o indeferimento de produção probatória que julgar desnecessária para o regular trâmite do processo, sob o pálio da prerrogativa do livre convencimento que lhe é conferida pelo art. 130 do CPC/73, seja ela testemunhal, pericial ou documental, cabendo-lhe, apenas, expor fundamentadamente o motivo de sua decisão" (STJ, AgInt no AREsp n. 1.029.093/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 6/3/2018). Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 424.851/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018; REsp n. 1.188.348/MG, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 20/2/2018, DJe 26/2/2018.

III - Tem-se que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada nas presentes razões recursais, de modo a se chegar à conclusão quanto à inviabilidade do julgamento antecipado da lide, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula n. 7/STJ.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1334198/CE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

